

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Banco Pecúnia S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. São Paulo, 20 de março de 2012

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 - (em milhares de reais)		PASSIVO	
	2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE	597.671	348.281	396.653	393.769
DISPONIBILIDADES	206	95		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	65.348	16.539	371.249	338.287
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	65.348	16.539	221	1.234
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	7.782	-	371.028	326.309
CARTEIRA PRÓPRIA	7.656	-	-	10.414
VINCULADOS À PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	126	-	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.697	2.014	-	5
CRÉDITOS VINCULADOS	105	182	-	5
RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES	2.592	1.832	-	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2	6	603	730
TRANSFERÊNCIA INTERNA DE RECURSOS	2	6	603	730
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	472.211	319.819	783	37.665
SETOR PRIVADO	515.606	357.271	783	37.665
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(43.395)	(37.452)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	23.322	690	24.018	17.082
DIVERSOS	23.322	690	535	368
OUTROS VALORES E BENS	26.103	9.118	8.551	7.659
OUTROS VALORES E BENS	389	198	-	390
DESPESAS ANTECIPADAS	25.714	8.920	14.932	8.665
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	655.693	469.685	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	-	47.452	748.254	348.084
CARTEIRA PRÓPRIA	-	41.070	-	-
VINCULADOS À PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	-	6.382	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	560.115	337.099	603.339	217.553
SETOR PRIVADO	599.474	352.559	603.339	212.162
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(39.359)	(15.460)	-	5.391
OUTROS CRÉDITOS	59.584	77.313	31.400	32.160
DIVERSOS	59.584	77.313	31.400	32.160
OUTROS VALORES E BENS	35.994	7.821	113.515	98.371
OUTROS VALORES E BENS	160	151	104.904	80.033
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE OUTROS VALORES E BENS	(160)	(151)	8.611	18.338
DESPESAS ANTECIPADAS	35.994	7.821	-	-
PERMANENTE	26.302	24.907	104.904	98.371
INVESTIMENTOS	13.228	10.156	113.515	98.371
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS	13.228	10.156	104.904	80.033
OUTROS INVESTIMENTOS	59	59	8.611	18.338
PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS	(59)	(59)	-	-
IMOBILIZADO DE USO	2.065	1.670	113.515	98.371
IMÓVEIS DE USO	207	207	104.904	80.033
REAVALIÇÃO DE IMÓVEIS DE USO	804	804	8.611	18.338
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	4.074	3.754	-	-
DEPRECIações ACUMULADAS	(3.020)	(3.095)	-	-
DIFERIDO	353	461	113.515	98.371
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO	1.155	1.057	104.904	80.033
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO DIFERIDO	(802)	(596)	8.611	18.338
INTANGÍVEL	10.656	12.620	113.515	98.371
ATIVOS INTANGÍVEIS	19.463	19.314	104.904	80.033
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO INTANGÍVEL	(8.807)	(6.694)	8.611	18.338
TOTAL DO ATIVO	1.279.666	842.873	1.279.666	842.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (em milhares de reais)	Capital Social		Reservas de Capital		Reservas de Reavaliação		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Prejuízos Acumulados		Total
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	120.342	674	316	(26)	(90.933)	30.373					
Homologação de aumento de capital - AGE de 24/05/10 e de 30/06/10	80.000	-	-	-	-	80.000	-	-	-	-	80.000
Baixa de subvenção para investimento	-	(674)	-	-	-	-	-	-	-	-	(674)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	15	-	15	-	-	-	-	15
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(28)	-	40	12	-	-	-	-	12
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(28.073)	(28.073)	-	-	-	-	(28.073)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	200.342	-	288	(11)	81.653	81.653					
Homologação de aumento de capital - AGE de 10/08/11	62.254	-	-	-	62.254	62.254	-	-	-	-	62.254
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	9	-	9	-	-	-	-	9
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(19)	-	31	12	-	-	-	-	12
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(53.532)	(53.532)	-	-	-	-	(53.532)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	262.596	-	269	(2)	(172.467)	90.396					
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	200.342	-	279	(13)	(136.713)	63.895					
Homologação de aumento de capital - AGE de 10/08/11	62.254	-	-	-	62.254	62.254	-	-	-	-	62.254
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	11	-	11	-	-	-	-	11
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(10)	-	15	5	-	-	-	-	5
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(35.769)	(35.769)	-	-	-	-	(35.769)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	262.596	-	269	(2)	(172.467)	90.396					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Em milhares de reais)	2011		2010	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
1. CONTEXTO OPERACIONAL				
O Banco Pecúnia S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Societé Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações, são garantidos pelo seu acionista controlador. Parte das captações vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com o Banco Societé Générale Brasil S.A., e de empréstimos no exterior com o Societé Générale Paris.				
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. Foram efetuadas reclassificações na demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2010 para melhor comparação com as informações de 31 de dezembro de 2011. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstrações de fluxos de caixa - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.750/09; d) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09; e) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.973/11. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será da maneira prospectiva ou retrospectiva.				
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS				
a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Os créditos e o crédito "pro rata" são contabilizados em contra-conta de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. b) Caixa e equivalentes de caixa - São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, de acordo com a intenção da Administração, quais sejam: "Títulos para negociação"; "Títulos disponíveis para venda"; e "Títulos mantidos até o vencimento". Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contra-conta de adequação de conta de receita ou despesa. O resultado. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada de "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de futuros e são avaliados pelo valor de mercado, sendo que o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida adequada na conta de receita ou despesa, no resultado; e (2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco, segregadas em curso normal, atraso inferior a 15 dias, e vencidas, atraso igual ou superior a 15 dias, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/99 do BACEN, que requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações classificadas como nível H, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito com coobrigação registradas na rubrica "Outras obrigações". f) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo) - São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores e de Mercadorias e Futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. g) Investimentos - As participações em controlada são avaliadas pelo método de equivalência contábil. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perda, quando aplicável. h) Imobilizado - É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa n.º 13 e compatíveis com o tempo da vida útil econômica dos bens. i) Diferido - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel. j) Intangível - Está representado pelo ágio pago pela Galo S.A. na aquisição do Banco, líquido de provisão para incorporação, de forma a remanejar o montante do benefício fiscal a ser auferido pelo Banco, e pelo custo de aquisição ou formação das licenças de uso para os softwares. A amortização é feita pelo método linear pelo prazo de dez anos para o ágio e pelo prazo de cinco anos para os softwares. k) Valor de recuperação dos ativos - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais em um teste de imparidade, não mais figurando no balanço patrimonial. As perdas dos seus valores. Em 31 de dezembro de 2011, não existem indícios de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros. l) Atualização monetária de direitos e obrigações - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos à variação cambial e de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período. m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento Técnico n.º 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09. "Ativos contingentes" não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; "Provisões" - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. "Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem pro-				

visão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. "Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **o) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%, de acordo com a Lei n.º 11.727 de 23 de junho de 2008.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2011		2010	
	Disponibilidades	Aplicações em depósitos interfinanceiros	2011	2010
	206	64.333	206	64.333
	-	2.683	-	2.683
TOTAL	64.539	2.778	64.539	2.778

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	2011		2010		
	Aplicações em depósitos interfinanceiros	2011	2010	2011	2010
	64.333	64.333	2.683	64.333	2.683
	1.015	1.015	13.856	1.015	13.856
TOTAL	65.348	65.348	16.539	65.348	16.539

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	2011		2010	
	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva
Títulos e Valores Mobiliários:				
Carteira Própria	7.656	7.659	41.070	41.086
Títulos disponíveis para venda	7.656	7.659	41.070	41.086
Letras financeiras do tesouro - LFT	7.656	7.659	41.070	41.086
Vinculados à Prestação de Garantias	126	126	6.382	6.385
Títulos disponíveis para venda	126	126	6.382	6.385
Letras financeiras do tesouro - LFT	126	126	6.382	6.385
Total	7.782	7.785	47.452	47.471

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

b) Composição por prazo de vencimento	2011		2010		
	Títulos disponíveis para venda	2011	2010	2011	2010
A vencer entre 3 e 12 meses	7.782	-	-	-	-
Acima de 1 ano	-	47.452	-	47.452	-
Total	7.782	47.452	7.782	47.452	7.782

c) Composição por emissor	2011		2010		
	Títulos disponíveis para venda	2011	2010	2011	2010
A vencer - Governo federal	7.782	47.452	-	-	-
Total	7.782	47.452	7.782	47.452	7.782

d) Instrumentos financeiros derivativos - O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os riscos são administrados através de sistemas de controles, estabelecimento de estratégia de operação, determinação de limites e monitoramento constante das posições assumidas. Os instrumentos financeiros derivativos são de alta liquidez nos mercados futuros, e são avaliados ao valor de mercado diariamente através de ajustes diários, em atendimento à metodologia descrita na Circular n.º 3.082/01 do BACEN. Em 31 de dezembro de 2011 não havia instrumentos financeiros derivativos. A seguir, demonstramos os valores registrados, em 31 de dezembro de 2010, em contas de ativo, passivo e compensação, segregados por indexador, faixas de vencimento, valores de mercado e contábil. Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA.

• Os contratos de futuros têm os seguintes vencimentos, com base nos valores de referência e de mercado:

Indexador	2010		Valor de Mercado	
-----------	------	--	------------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Em milhares de reais)

(b) Refere-se à diferença entre o valor de COFINS devido e o valor efetivamente recolhido. O Banco vem discutindo judicialmente o recolhimento dessa diferença. Os consultores jurídicos indicam como possível a possibilidade de perda; contudo, os tributos estão provisionados como obrigação legal. (c) Refere-se, principalmente, aos questionamentos de pagamentos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL referente a inexistência dos recolhimentos, para o quais o Banco vem contestando por meio de medidas judiciais a sua exigibilidade. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda. (d) Refere-se à diferença entre o valor de PIS devido e o valor efetivamente recolhido. O Banco vem discutindo judicialmente o recolhimento dessa diferença. Os consultores jurídicos indicam como possível a possibilidade de perda; contudo, os tributos estão provisionados como obrigação legal.

c) Outras obrigações – diversas

	2011	2010
Cheques administrativos	4	21
Obrigações por aquisição de bens e direitos	54	135
Provisão para pagamentos a efetuar - Fornecedores (a)	9.779	16.654
Provisão para pagamentos a efetuar - Despesas de Pessoal	534	712
Provisão para contingências-Processos Trabalhistas (nota explicativa n.º 11 b) (b)	2.941	1.344
Provisão para contingências-Processos Cíveis (nota explicativa n.º 11 b) (c)	1.235	943
Provisão para perdas com créditos cedidos com coobrigação (nota explicativa n.º 24 b)	1.162	655
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa n.º 20 a)	4.113	3.666
Valores a repassar - Prêmio de seguro (d)	1.540	1.565
Credores diversos no País - Demais	2.164	1.287
Credores diversos no País - Lojistas	17	21
Total	23.543	27.003
Curto prazo	14.932	8.665
Longo prazo	8.611	18.338

(a) Refere-se, principalmente, a valor a pagar aos antigos acionistas pela aquisição das ações do Banco (pela Galo S.A., incorporada em 1º de maio de 2008) a ser liquidado em cinco parcelas iguais, acrescido da variação do CDI, a cada aniversário da assinatura do contrato de compra, datado de 29 de março de 2007. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram efetuados pagamentos no montante de R\$ 8.012 (R\$ 4.888 em 2010), sendo o saldo de R\$ 7.213 (R\$ 14.111 em 2010). (b) Refere-se à provisão para processos judiciais trabalhistas em andamento. A provisão foi constituída com base na perda média histórica, atualizada, dos últimos cinco anos. (c) Refere-se à provisão para processos judiciais cíveis em andamento. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda. (d) Refere-se a prêmios de seguro prestamista, a serem repassados à Zurich Brasil Seguros Ltda.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	2011	2010
Comissões (*)	61.708	16.693
Outras despesas antecipadas	-	48
Total	61.708	16.741
Curto prazo	25.714	8.920
Longo prazo	35.994	7.821

(*) Referem-se a serviços pagos antecipadamente pela contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos contratos em carteira.

11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes de processos judiciais. a) Ativos contingentes - Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização. b) Saldos Patrimoniais das provisões com processos judiciais, administrativos e obrigações legais por natureza

	2011	2010
Provisões para riscos fiscais (1)	104.757	79.682
Provisões com processos trabalhistas (2)	2.941	1.344
Provisões com processos cíveis (2)	1.235	943
Total	108.933	81.969

(1) Nota explicativa n.º 9.b
(2) Nota explicativa n.º 9.c

c) Movimentação das provisões com processos judiciais, administrativos e obrigações legais

	2011				2010			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	79.682	1.344	943	81.969	67.441	1.877	744	70.062
Constituição (1)	19.987	1.597	300	21.884	11.642	503	292	12.437
Reversão de provisão (2)	-	-	(8)	(8)	(3.037)	(427)	(93)	(3.557)
Baixas por pagamento	-	-	-	-	-	(609)	-	(609)
Atualização (1)	5.088	-	-	5.088	3.636	-	-	3.636
Saldo final	104.757	2.941	1.235	108.933	79.682	1.344	943	81.969

(1) nota explicativa n.º 23
(2) nota explicativa n.º 22
(3) nota explicativa n.º 9 a

d) O detalhamento das provisões, obrigações legais e das contingências por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é o seguinte:

	2011				2010			
	Obrigações fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	Total	Obrigações fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	Total
Perdas	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Obrigações legais (a)	85.286	85.286	-	-	-	-	-	-
Prováveis (a)...	19.471	19.471	2.941	2.941	1.235	1.235	-	-
Possíveis (b)...	4.890	-	15.574	-	28.740	-	-	-
Remotas	4.791	-	-	-	12.405	-	-	-
TOTAL	114.438	104.757	18.515	2.941	42.380	1.235	-	-

15. DEPÓSITOS

	2011			2010						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A vista	221	-	-	-	221	1.234	-	-	-	1.234
A Prazo	-	-	-	-	-	8.099	2.315	5.391	15.805	26.610
Interfinanceiros	-	201.456	169.572	603.339	974.367	54.138	272.501	212.162	539.801	1.859.840
Total	221	201.456	169.572	603.339	974.588	1.234	62.237	274.816	217.553	555.840

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	2011	2010
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira (a)	-	37.665
Empréstimos em moeda nacional (b)	32.183	32.160
Total	32.183	69.825
Parcela de curto prazo	783	37.665
Parcela de longo prazo	31.400	32.160
Total	32.183	69.825

(a) Referem-se a empréstimos em dólar, obtidos no exterior, com vencimentos em 1º de julho de 2011, sujeitos à variação cambial e a juros de 5,26% ao ano, captados na sua totalidade com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris). Em 1º de julho de 2011, a administração efetuou o pagamento de empréstimo, no montante de R\$ 35.794 devido ao vencimento do empréstimo. (b) Refere-se a empréstimo obtido no exterior, em moeda nacional, no valor original de R\$31.400, com vencimento em 2014, sujeito à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se à taxa de cadastro cobrada no ato da contratação do financiamento, apropriada "pro rata-temporis" de acordo com os prazos dos contratos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2011 o capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 292.596 (R\$ 200.342 em 2010), estava representado por 20.011.440 (10.135.877 em 2010) ações ordinárias, sem valor nominal. Em 10 de agosto de 2011, houve aumento de capital de R\$ 62.254, mediante emissão de 9.875.563 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 262.596 e o total de 20.011.440 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 22 de agosto de 2011. Em 24 de maio de 2010, houve aumento de capital de R\$ 40.000, mediante emissão de 3.949.860 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser R\$160.342 e o total de 5.874.045 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi registrado e homologado pelo Banco Central em 7 de junho de 2010. Em 30 de junho de 2010, houve novamente um aumento de capital de R\$ 40.000, mediante a emissão de 4.261.832 ações, passando o capital a ser R\$ 200.342 e o total de 10.135.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi registrado e homologado pelo Banco Central em 16 de julho de 2010. b) Distribuição de lucros - Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido anual, de acordo com a legislação societária.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias basicamente relativas à provisão para perdas com operações de crédito e à provisão para contingências. a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas aliquotas vigentes incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, estando assim compostos:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Ativo	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	9.149	11.058	5.516	6.662
Contingências	16.394	16.394	9.836	9.836
Provisão para perdas com créditos	15.298	15.298	9.179	9.179
Ajuste a valor de mercado	1	5	1	3
Total dos créditos tributários	40.842	42.755	24.532	25.680

b) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2011	2010	2011	2010
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social, líquido de participações estatutárias	(43.565)	(21.582)	(43.565)	(21.582)
aliquota vigente	25%	25%	15%	15%
Efeito do imposto de renda, contribuição social e crédito tributário sobre as diferenças permanentes:	448	(919)	254	(476)
- resultado de participação em controlada	768	515	461	309
- reversão de provisão do ágio sobre incorporação da Galo S.A.	621	621	372	372
- provisão para despesas entre empresas do grupo	(602)	(1.523)	(397)	(914)
- ajuste a valor de mercado	(2.793)	(532)	(182)	(243)
Crédito tributário não constituído no período	(15.770)	(6.581)	(9.462)	(5.148)
Compensação de Prejuízo Fiscal	(1.789)	-	(1.074)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(6.220)	(4.104)	(3.747)	(2.387)

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2011	2010	2011	2010
Base de cálculo:	-	-	-	-
Diferenças temporárias	190.050	162.447	190.050	162.447
- provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.114	80.459	81.114	80.459
- provisão para contingências	108.933	81.969	108.933	81.969
- ajuste a valor de mercado	3	19	3	19
Prejuízos fiscais	36.597	44.234	36.775	44.412
Total	226.647	206.681	226.825	206.859
Atiqua do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	15%	15%
Crédito tributário fiscal	56.662	51.670	34.024	31.029
Crédito tributário não constituído	15.820	8.915	9.492	5.349
Saldo de crédito tributário constituído (nota explicativa nº 9 a)	40.842	42.755	24.532	25.680

Os créditos tributários foram constituídos de acordo com estudos técnicos que projetam a geração de

	2011		2010	
	Obrigações fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	Total
Perdas	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Obrigações legais (a)	72.937	72.937	-	-
Prováveis (a)...	6.745	6.745	1.344	1.344
Possíveis (b)...	16.523	-	7.864	-
Remotas	11.984	-	-	7.809
TOTAL	108.189	79.682	9.208	1.344

(a) Perdas prováveis e obrigações legais - Legais, fiscais e previdenciárias - COFINS – ampliação da base de cálculo da COFINS – R\$ 78.271 (R\$ 66.186 em 2010) – ação judicial contestando a ampliação da base de cálculo da COFINS (Lei 9.718/98), aguardando mandato de segurança. IRPJ e CSLL – R\$ 12.607 (R\$ 11.780 em 2010 classificada como perda possível). Refere-se a questionamento sobre recolhimentos do imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999, artigo 72 inciso V, do ADCT - receita operacional bruta. Aguarda-se análise de admissibilidade do recurso. PLANO VERÃO – R\$ 6.296 (R\$ 6.051 em 2010). Trata-se de ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990. Não há depósito do ágio. PIS – R\$ 719 (700 em 2010). Reconhecimento do direito de recolher o PIS com base na Emenda Constitucional nº 17/97 (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta) ao invés da Lei nº 9.718/98, até 31 de dezembro de 1999. Aguardando julgamento. IRPJ 1992 – R\$ 2.191 (R\$ 2.140 em 2010). Visa à declaração da inexistência do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1992. Em 2009 havia provisão referente a CSLL, porém esta foi baixada em 2010, uma vez que foi verificado o comprovante de pagamento da mesma. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª. Região. IRPJ e CSLL 1990 – R\$ 4.647 (R\$ 4.579 em 2010). Visa à declaração da inexistência do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1990 uma vez que com a correção monetária do balanço não terá lucro tributável. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pelo Banco Pecúnia no TRF da 3ª. Região. CSLL – R\$ 26 (R\$ 26 em 2010). Refere-se ao reconhecimento do seu direito de não ser compelido ao recolhimento da antecipação da CSL instituída pelo artigo 8º da Lei 7.787/89. Aguardando julgamento do recurso de apelação. (b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível - Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente a: CSLL – R\$ 4.990 (R\$ 4.643 em 2010). Refere-se auto de infração questionando parcelas de estimativas não recolhidas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999. Entretanto, o Banco efetuou compensação dessas parcelas através de processo homologado pela Receita Federal. Face a compensação, o Banco entrou com recurso questionando o auto de infração, o qual é avaliado como perda possível pelos assessores legais do Banco. Trabalhistas - São ações, na maioria, movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras", e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. Cíveis - São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material/eou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	CREDIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	
	2011	2010
Capital social	7.133	7.133
Quantidade de cotas	2.038.000	2.038.000
Porcentagem da participação (%)	100%	100%
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	13.228	10.156
Lucro do exercício	3.072	2.060

13. IMOBILIZADO

	2011		2010	
	Valor	Depreciação acumulada	Valor	Depreciação acumulada
Terras	78	-	78	-
Imoveis de Uso	4%	933	(566)	367
Instalações	10%	209	(194)	15
Móveis, máquinas e equipamentos de uso	10%	593	(343)	250
Sistemas de comunicação	10%	414	(257)	157
Sistemas de processamento de dados	20%	1.777	(1.555)	222
Sistemas de segurança	10%	255	(105)	150
Imobilizações em andamento	-	826	-	826
Total	5.085	(3.020)	2.065	4.765

14. INTANGÍVEL

Refere-se, principalmente, ao ágio advindo da incorporação da empresa Galo S.A. pelo Banco em maio de 2008, sendo o ágio no montante de R\$13.142 e a amortização no montante R\$4.688, totalizando o montante líquido de R\$ 8.454 (R\$ 9.732 em 2010).

	2011	2010
Ágio - Galo	13.142	13.142
Amortização acumulada	(4.688)	(3.410)
Líquido	8.454	9.732
Softwares	5.962	5.812
Outros	359</	